

# POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E A ÉTICA DO CUIDADO

## POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS Y ÉTICA DEL CUIDADO

### LANGUAGE POLICY AND THE ETHICS OF CARE

**Cristine Gorski Severo\***

Universidade Federal de Santa Catarina | CNPq

**Ezra Alberto Chambal Nhampoca\*\***

Universidade Eduardo Mondlane | Moçambique

**RESUMO:** Este artigo propõe uma articulação entre as políticas linguísticas e a ética do cuidado. Consideramos os seguintes elementos como integradores da nossa reflexão: os significados políticos do cuidado, com atenção para o conceito de ética do cuidado em sua articulação com a crítica feminista e o conceito de linguagem; e as implicações dessas reflexões para o que chamamos de políticas linguísticas do cuidado, com enfoque em práticas de linguagem socialmente situadas nas esferas político-legislativa, da saúde, da comunicação e da segurança pública em Moçambique. Reconhecemos que esse cuidado político em relação às pessoas é atravessado pela questão da língua, em termos de: língua como prática comunicativa, direito de acesso à informação e direitos linguísticos, cidadania linguística como participação social e institucional, e transmissão de conhecimentos como ética do cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ética do cuidado. Políticas linguísticas. Moçambique.

**RESUMEN:** Este artículo propone una articulación entre las políticas lingüísticas y la ética del cuidado. Consideramos los siguientes elementos como integradores de nuestra reflexión: los significados políticos del cuidado, con atención al concepto de ética del cuidado en su articulación con la crítica feminista y el concepto de lenguaje; y las implicaciones de estas reflexiones para lo que llamamos políticas de atención lingüística, centradas en prácticas lingüísticas situadas socialmente en los ámbitos político-legislativo, sanitario, comunicativo y policial en Mozambique. Reconocemos que este cuidado político por las personas está atravesado por el tema del lenguaje, en términos de: la lengua como práctica comunicativa, derecho de acceso a la información y derechos lingüísticos, ciudadanía lingüística como participación social e institucional, y transmisión de conocimientos como la ética del cuidado.

---

\* É professora associada III da Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É bolsista do CNPq nível 2. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (CNPq). E-mail: [crisgorski@gmail.com](mailto:crisgorski@gmail.com).

\*\* É docente da Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique, vinculada ao Departamento de Línguas/ Secção de Línguas Bantu. Coordena o grupo de pesquisa GELLBAA. Investigadora na Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro/Portugal. E-mail: [ezranyampoka@gmail.com](mailto:ezranyampoka@gmail.com).

PALABRAS CLAVE: Ética del cuidado. Políticas lingüísticas. Mozambique

**ABSTRACT:** This article proposes an articulation between language policy and the ethics of care. The following elements underlie our reflection: the political meanings of care, focusing on the concept of ethics of care in its articulation with the feminist criticism and the concept of language; and the implications of these reflections to what we call *language policy of care*. Our analysis consider the socially situated language practices in Mozambique regarding the political-legislative domain, the health domain and the public security. We recognize that political care and language issues overlap in term of: language as communicative practice, right to access information and language rights, linguistic citizenship as social and institutional participation, and transmission of knowledge as ethics of care.

**KEYWORDS:** Ethics of care. Language policy. Mozambique.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo exploramos a relação entre a política lingüística e a ética do cuidado. Embora o conceito de cuidado tenha sido amplamente utilizada no âmbito das políticas públicas voltadas para a área da saúde (BRASIL, 2007; FERREIRA; ABRAHÃO, 2020; BERNARDES *et al.*, 2013; SEVENHUIJSEN, 1998), buscamos expandir seu significado para compreender as políticas lingüísticas a partir de exemplos oriundos das seguintes esferas sociais: a esfera político-legislativa, a esfera da saúde e da comunicação, e a esfera da segurança pública, especialmente atentando para o contexto da pandemia provocada pela Covid-19 no cenário moçambicano. Este artigo contribui para expandirmos o conceito de política lingüística a partir do prisma da ética do cuidado. Trata-se de refletir sobre o papel das línguas na construção de sociedades plurais, democráticas e justas. De forma geral, nossas reflexões são embaladas pelo questionamento de Mbembe (2017: p. 8-9): “Se a humanidade definitivamente só existe se estiver no mundo e se for do mundo, como fundar uma relação com os outros baseada no reconhecimento recíproco da nossa vulnerabilidade e finitude comuns?”.

No âmbito deste artigo, consideramos os seguintes elementos como integradores da nossa reflexão: os significados políticos do cuidado, com atenção para o conceito de ética do cuidado em sua articulação com a linguagem; e as implicações dessas reflexões para o que chamamos de políticas lingüísticas do cuidado, com enfoque em práticas de linguagem socialmente situadas. Trata-se de incorporar ao debate das políticas lingüísticas a dimensão ética do cuidado – em diálogo com a crítica feminista, (TRONTO, 2013; HELD, 2005; SEVENHUIJSEN, 1998; ROBINSON, 1999) –, em que o cuidado é visto como: uma dimensão moral individual e coletiva, um modo de ação política, um elemento constitutivo de relações sociais democráticas e plurais e um elemento central do que se entende por justiça social.

Propomos que a articulação entre a ética do cuidado e a política lingüística se baseia na concepção de que “o cuidado é realmente uma questão para a democracia. Cuidar de pessoas e coisas muitas vezes é desigual, particularista e pluralista”<sup>1</sup> (TRONTO, 2013, p. 10). Reconhecemos que esse cuidado político em relação às pessoas é atravessado pela questão da língua, em termos de: prática comunicativa, acesso à informação, formas de expressividade, direito humano, participação social e institucional, discursivização e simbolização do mundo e transmissão de conhecimentos. Uma questão que permeia nossa reflexão é o papel desempenhado pelas línguas em uma política orientada pela ética do cuidado: “Como podemos cuidar uns dos outros em qualquer nível?”<sup>2</sup> (TRONTO, 2013, p. 10). Evidentemente, não consideramos apenas a língua verbal como condição para a prática do cuidado, uma vez que o cuidado extrapola a interação através da comunicação verbal, alcançando outras experiências de linguagem (GADAMER, 1975). Nesse sentido, concordamos com Gadamer (1975, p. 370), para quem “[...] o que a linguagem é está entre as questões mais misteriosas sobre a qual o homem [a mulher] pode refletir”<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> “[...] care really is a problem for democracy. Taking care of people and things is often unequal, particularistic, and pluralistic”. Traduções de nossa responsabilidade.

<sup>2</sup> “How, at every level, can we engage in caring with one another?”

<sup>3</sup> “[...] what language is belongs among the most mysterious questions that man [woman] ponders”.

O artigo se estrutura da seguinte maneira: inicialmente fazemos uma discussão teórica sobre as políticas linguísticas em diálogo com a ética do cuidado, atentando para o papel da crítica feminista sobre a definição desse conceito. Na sequência, apresentamos três exemplos referentes às esferas político-legislativa, da saúde e comunicação, e da segurança pública em Moçambique, com fins de refletir sobre a dimensão ética da linguagem – e da ética do cuidado – na sua relação com o conceito de políticas linguísticas.

## 2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO CUIDADO: ÉTICA DO CUIDADO E EXPERIÊNCIA

Inicialmente, fazemos uma reflexão teórica sobre as políticas linguísticas em diálogo com discussões referentes à ética do cuidado. Atentamos para as dimensões éticas e políticas do cuidado, estabelecendo relações desse conceito com a biopolítica e o feminismo crítico.

No âmbito das políticas de saúde no Brasil, o termo cuidado integra o rol de orientações que atravessam a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2007, p. 12), a exemplo dos princípios gerais que regem tal política, que incluem: “universalidade da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social”. Registre-se que o cuidado não opera como categoria única, mas é perpassado por uma rede de significações que o inscrevem no âmbito das políticas públicas de saúde, que incluem tanto uma dimensão individual, como coletiva, a exemplo das estratégias de saúde da família. Podemos, nesse contexto, analisar os discursos do cuidado do indivíduo e da população como integrantes de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008 [1978-1979]) em que a vida se torna um problema de governo e, portanto, alvo de racionalizações com fins de produção de saberes sobre as populações e de sua gestão e controle segundo uma lógica calculada e racional.

Neste artigo, reconhecemos a dinâmica biopolítica subjacente às políticas públicas de saúde e, também, às políticas linguísticas ocupadas com a saúde. Isso significa que, ao abordarmos os conceitos de ética do cuidado, buscamos problematizar uma visão instrumental e racionalizada de política pública, em prol de uma ética que seja, também, política, o que pode significar que: “Transformar o cuidado em uma preocupação política melhorará não apenas a qualidade do cuidado, mas também a qualidade da vida democrática”<sup>4</sup> (TRONTO, 2013, p. 10). No âmbito da biopolítica, ressaltamos, ainda, as reflexões de Mbembe (2017)<sup>5</sup> sobre o conceito de descolonização total de Fanon como fruto de uma tensão entre o princípio de destruição e o princípio de vida. Compreendemos que a ética do cuidado como categoria política pode contribuir para uma abertura ao princípio da vida, de co-criação do novo. Nesse sentido, a vida de Fanon – amplamente dedicada ao cuidado dos doentes – serve como testemunho do sofrimento colonial e da ressignificação do cuidado como categoria política, ética e conceitual. Essa ressignificação implica a reconstituição do comum e dos elos com outras pessoas: “[...] qualquer ato de cura autêntica supõe a reconstituição desse elo, e portanto de algo que nos sejam comum” (MEBEMBE, 2017, p. 190). Nessa direção, trata-se de uma política que nega o direito à indiferença e à ignorância e que se revolta diante do rebaixamento do outro.

Nossa interpretação sobre o cuidado dialoga com as reflexões sobre a ética do cuidado no âmbito do pensamento feminista (TRONTO, 2013; HELD, 2005; SEVENHUIJSEN, 1998; ROBINSON, 1999). O termo cuidado tem sido historicamente generificado, vinculando-se às ideias de feminino, de mulher, de doméstico e de funções familiares e sociais consideradas femininas: “Imagens de cuidado ainda têm fortes conotações de feminilidade, privacidade e dependência, enquanto seus opostos – trabalho, independência e uma identidade pública – são mais facilmente associados à masculinidade”<sup>6</sup> (SEVENHUIJSEN, 1988, p. 135). Como resposta, a ética feminista propõe uma contribuição política para o debate público, especialmente quanto ao conceito de cidadania democrática inscrita na ética do cuidado. Como exemplo dessa ética feminista aplicada ao conceito de cuidado nas

<sup>4</sup> “[...] making care into a political concern will improve not only the quality of care, but also the quality of democratic life”.

<sup>5</sup> Agradecemos ao parecerista pela observação referente às reflexões de Mbembe, em *Políticas da Inimizade*.

<sup>6</sup> “Images of care still have strong connotations of femininity, privacy and dependency, while their opposites – labour, independence and a public identity – are more readily associated with masculinity.”

políticas públicas, Sevenhuijsen (1998), Tronto (2013), Held (2005) e Robinson (1999) problematizam e analisam a generificação dos discursos de cuidado, demandando um olhar mais amplo que considere a política do cuidado no interior do debate sobre cidadania e justiça social.

Ademais, a resistência ao uso do termo “cuidado” na esfera das políticas públicas e no debate público muitas vezes se vincula às representações femininas e, portanto, domésticas sobre essa prática. Uma crítica à ideia doméstica de cuidado é feita por Tronto (2013, p. 2), que tanto questiona os sentidos de casa como local acolhedor, como reflete sobre o papel público do cuidado: “O cuidado deixou de ser o trabalho da esfera doméstica”<sup>7</sup>. Os significados de casa/lar e de cuidado têm modificado historicamente, e o termo ‘cuidado’ tem se tornado uma categoria política relevante para se pensar o sentido de democracia e de pertencimento ao espaço público. Em outros termos, assumimos a dimensão política do conceito de cuidado: “democracia significa atribuir responsabilidades de cuidado”<sup>8</sup> (TRONTO, 2013, p. 11) na esfera pública. O cuidado como categoria política implica: desnaturalizar os sentidos de cuidado e de feminino, historicamente atribuídos à esfera doméstica; considerar a dimensão pública do cuidado, tensionando, também, a sua mercantilização através da indústria do cuidado; e questionar a retórica em torno da crise do cuidado, problematizando as relações de poder subjacentes à produção dessa crise que tendem a desresponsabilizar os sujeitos e agentes políticos, tornando o cuidado uma prática individualizante e solitária (TRONTO, 2013).

Para além de um discurso pedagógico e moralizante sobre o cuidado, trata-se de considerar a dimensão política do cuidado, pensado a partir de uma dimensão comunitária e dialógica. Consideramos que essa perspectiva tensiona a lógica liberal, que é a base da biopolítica (FOUCAULT, 2008 [1978-1979]), na medida em que problematiza tanto os modos de individualização, quanto a racionalidade ligada às políticas do cuidado, especialmente na esfera da saúde pública. Em outras palavras, trata-se de considerar a ética do cuidado em tensionamento com as ideias liberais de indivíduo autônomo, de direitos e deveres universalizantes e abstratos. Sabemos que as políticas orientadas para a liberdade individual e a autonomia dificilmente questionam as assimetrias sociais que afetam e caracterizam a ordem global. Busca-se, assim, um debate amplo sobre o que conta como cuidado, em termos de prática política ligada à esfera pública. Isso porque a concepção de sujeito auto-suficiente e capaz de gerenciar a própria vida, na contramão de uma política pública comunitária orientada pela ética do cuidado, tende a reforçar políticas privatistas e neo-liberais do bem público (SEVENHUIJSEN, 1998).

No âmbito das políticas linguísticas, a linguagem dos direitos – humanos e linguísticos – produz a armadilha de que o direito e a liberdade de viver a própria vida seriam condição para reivindicar uma vida boa (ROBINSON, 1999). Ademais, a epistemologia linguística subjacente à concepção de direitos linguísticos tende a uma universalização que apaga a pluralidade linguístico-discursiva que constitui as práticas de linguagem, produzindo representações de língua em que: (i) as fronteiras linguísticas são tidas como nítidas e evidentes, ao invés de nebulosas e fluidas, situação que se complexifica em contextos multilíngues; (ii) as identidades linguísticas tendem a ser vistas de maneira cristalizada, ao invés de fluidas, dinâmicas e performativas; (iii) as reivindicações comunicativas se misturam com as pautas identitárias, o quem nem sempre é a questão; (iv) a complexidade das relações comunicativas dentro e entre grupos tende a ser apagada, como se essas relações fossem facilmente definidas; (v) a mobilidade das pessoas e das redes – de socialização e de comunicação – tende a ser vista de maneira cristalizada, instrumenta, e racionalizante (MAKONI, 2011; SEVERO; MAKONI, 2015; MAKONI; PENNYCOOK, 2007). Assim, nesse contexto multilíngue e fluido, enfrentamos o desafio de conceitualizar o que conta como língua: “É possível que algumas práticas que são consideradas como línguas possam ser melhor conceitualizadas como amálgamas de comunicação, ‘inventários estilísticos’ ou agrupamentos linguísticos que desafiam uma categorização fácil”<sup>9</sup> (MAKONI, 2011, p. 2). Isso, por certo, produz desafios para políticas que operam por lógicas cristalizadas e instrumentalizadas de língua.

<sup>7</sup> “Care is no longer the work of the realm of the household”.

<sup>8</sup> “[...] democracy is about assigning caring responsibilities”.

<sup>9</sup> “It is conceivable that some of what may be regarded as languages may better be conceptualized as communication amalgams, ‘stylistic inventories,’ or linguistic ensembles that defy easy categorization”.

Trata-se, assim, de considerar a ética do cuidado no âmbito das políticas públicas, como um elemento crítico às políticas de privatização, comoditização e reificação da vida. Evidentemente, as políticas de cuidado são contruídas a partir de certas concepções do que conta como vida, saúde e bem-estar, ratificadas pelos documentos e pelas políticas públicas. Contudo, a ética do cuidado não opera, apenas, no interior de agendas de saúde pública, mas atravessa todas as políticas que consideram a dinâmica social como elemento central, desde as políticas sociais, até educacionais, ambientais, culturais e de segurança pública. No âmbito das políticas públicas, a crítica feminista nos faz indagar sobre as condições de produção dessas políticas: quem produz as políticas, para qual público, e com base em quais demandas e necessidades (SEVENHUIJSEN, 1988), fazendo com que os objetos e sujeitos das políticas sejam considerados a partir de diferentes lugares e trajetórias discursivas.

Defendemos que a crítica feminista também pode ser pensada em relação às políticas linguísticas que, muitas vezes, são orientadas por perspectivas que se intitulam como neutras em termos de gênero, raça ou classe, como se o funcionamento das línguas fosse passível de ser racionalizado, instrumentalizado, regulado e legislado independente das pessoas. Trata-se, portanto, de desmitificar a ideia de que há uma situação linguística objetiva que precisa ser solucionada pelos agentes públicos; diferentemente, entendemos que “A maneira de conhecermos as necessidades das pessoas e as situações em que ocorrem depende de nossa disposição de ver as coisas a partir de uma perspectiva do ‘cuidado’ e de colocar em prática as virtudes epistemológicas do cuidado ao falar e deliberar sobre as necessidades”<sup>10</sup> (SEVENHUIJSEN, 1988, p. 141). As políticas linguísticas orientadas por uma ética do cuidado afetam, diretamente, ‘*nossa disposição de ver as coisas a partir de uma perspectiva do cuidado*’.

Ao colocar em tela a articulação entre a ética do cuidado com as políticas linguísticas, indagamos sobre os conceitos de língua – de linguagem – que constituem as políticas linguísticas. Aventamos seis observações sobre a questão das políticas linguísticas tomadas como ética do cuidado:

- (i) a comunicação linguística transcende a ideia de transmissão de um código verbal, para incluir a experiência da linguagem, o que significa que a língua é produto de um processo semiótico e discursivo de produção de sentidos, em que os sujeitos concretos atuam de forma criativa nesse processo, oferecendo resposta aos enunciados que os interpelam (BAKHTIN, 2003 [1979]), ao invés de serem passivos ou receptáculos de informações e mensagens (HARRIS, 1981).
- (ii) A ética do cuidado integra as práticas comunicativas cotidianas – através da transmissão e compartilhamento de narrativas, experiências e valores referentes ao cuidado – e institucionais, através de relatos midiáticos, literários ou políticos, que ajudam a constituir discursos morais (SEVENHUIJSEN, 1988; FOUCAULT, 1988). Tais discursos orientam o comportamento dos sujeitos, o que significa que discursos e práticas morais se afetam mutuamente, produzindo efeitos nas práticas de comunicação e de interpretação (SEVENHUIJSEN, 1988).
- (iii) A ética do cuidado implica uma política da relação com a diferença, em que a linguagem – a comunicação – opera como elemento constitutivo da co-construção e da negociação de sentidos (TRONTO, 2013). Nessa direção, concordamos com Gadamer (1975, p. 387), para quem “A conversa é um processo de chegar a um entendimento”, no qual “cada pessoa se abre para a outra”<sup>11</sup> (GADAMER, 1975, p. 387). Defendemos que essa abertura implica tanto uma ética da confiança (ARENDDT, 2001), quanto do cuidado, ambas perpassadas pela linguagem como elemento constitutivo: “A ética do cuidado implica estar aberto ao ‘outro’; atribuindo um lugar importante para a comunicação, a interpretação e o diálogo”<sup>12</sup> (SEVENHUIJSEN, 1988, p. 61-62).
- (iv) A ética do cuidado tomada como uma abertura a/o outra/o e, portanto, o processo de compreensão da alteridade implica um processo hermenêutico em que os sujeitos estabelecem com os discursos que os interpelam uma atitude responsiva, viabilizando um espaço de (re)constituição de si diante da/o outra/o (RICOEUR, 1973; SEVERO, 2016). Isso significa que a comunicação não se resume à codificação da língua – embora esse nível elementar faça parte do processo –, mas inclui um processo de interpretação que envolve tanto uma relação com significados estabilizados e controlados por um dado regime discursivo (FOUCAULT, 2007 [1971]), como com a natureza polissêmica da língua.

<sup>10</sup> “How we come to know people’s needs and the situations in which they occur depends on our willingness to see things from a ‘care’ perspective and to bring into practice the epistemological virtues of care when talking and deliberating about needs”.

<sup>11</sup> “Conversation is a process of coming to an understanding”, no qual “each person opens himself to the other”.

<sup>12</sup> “The ethics of care implies being open to the ‘other’; it thus attributes an important place to communication, interpretation and dialogue”.

(v) a ética do cuidado se articula a uma política de promoção do diálogo e da comunicação (ROBINSON, 1999), fomentando espaços plurais e dialógicos de uso da linguagem, a exemplo do conceito de cidadania linguística, entendido como “atos de linguagem realizados, frequentemente e por necessidade, fora do *status quo* institucional, que se engajam com as vozes das margens para criar condições de uma agência transformadora”<sup>13</sup> (STROUD; KERFOOT, 2020, p. 10). Por outro lado, compreendemos que é preciso uma atenção, também, aos silenciamentos, pois eles sinalizam para possíveis invisibilizações e exclusões nas políticas sociais. Daí a importância da construção de canais e redes de comunicação e/ou de tradução plurais e multilíngues que promovam a justiça social a as relações de solidariedade.

(vi) A ética do cuidado se filia a concepções de comunidade e de pertencimento. As comunidades não são categorias fixas, mas construídas tanto por adesões e acordos, como por exclusões e silenciamentos. No segundo caso, consideramos que a ética do cuidado deve estar atenta à recusa que sujeitos minorizados sofre ao acesso à cena pública, que “pode assumir a forma de vozes não ouvidas ou pode se revelar por meio de uma proliferação de palavras que abafam silêncios difíceis de suportar”<sup>14</sup> (DAS, 2007, p. 9). Trata-se, portanto, de fazer ouvir tanto os silêncios impostos, como encobertos por retóricas vazias. No contexto de construção de senso de comunidade e de pertencimento, a ética do cuidado busca “promover vínculos fortes, saudáveis e atenciosos entre os membros das comunidades existentes, bem como criar novas redes entre as comunidades, além de novas alianças [...]”<sup>15</sup> (ROBINSON, 1999, p. 162-163). Defendemos que a política linguística que opera pela ética do cuidado a favor da construção de redes e vínculos produz como efeito o sentimento de *não estar só* (ROBINSON, 1999). Ou seja, os sentidos de comunidade e de pertencimento importam e não se filiam ao âmbito doméstico. Habitar o espaço público significa, em alguma medida, torná-lo um lar.

Tendo feita esta explanação sobre a ética do cuidado em relação com os conceitos de política, língua e políticas linguísticas, a seguir discorreremos sobre a situação linguística em Moçambique, a partir de três registros: esferas político-legislativa, da saúde e da segurança pública.

### 3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM MOÇAMBIQUE E OS DESAFIOS PARA UMA ÉTICA DO CUIDADO

Nesta seção, analisamos a possível articulação entre as políticas linguísticas e a ética do cuidado a partir de exemplos oriundos de três esferas sociais em Moçambique: a esfera político-legislativa, a esfera da saúde e comunicação no contexto da pandemia provocada pelo Covid-19, e a esfera da segurança pública.

Moçambique é um país africano, situado ao sul do continente. Faz fronteira com os seguintes países: a norte, a Tanzânia; a noroeste, o Malawi e a Zâmbia; a oeste, o Zimbábwe, a África do Sul e a Suazilândia; a sul, a África do Sul; e a leste, o Oceano Índico. É um país multicultural e multilíngue, cuja paisagem linguística se caracteriza pela presença de línguas africanas do grupo bantu, conhecidas como línguas moçambicanas, que são faladas como língua materna por cerca de 80% da população; o português, língua nacionalmente oficial desde a independência do país em 1975, é falada por cerca de 47% da população, sendo que em torno de 15% fala português como língua materna, e o restante como língua segunda (INE, 2019). Além disso, Moçambique conta com a presença de comunidades de imigrantes provenientes da Nigéria, Congo, Ruanda, Burundi, e de países asiáticos, como Índia e China (CHAMBO *et al.*, 2020). Embora os censos não definam a complexidade linguística em Moçambique, eles desempenham papel central nas políticas públicas, como discursos que validam o multilinguismo do país, mesmo que a partir de uma dada representação de língua.

<sup>13</sup> “[...] acts of language, frequently and of necessity, performed outside of the institutional *status quo*, that engage with voices on the margins to create conditions for a transformative agency”.

<sup>14</sup> “[...] might take the form of voices not heard, or it might reveal itself through a proliferation of words that drown out silences that are too difficult to bear”.

<sup>15</sup> “[...] to promote strong, healthy, caring attachments among members of existing communities, as well as to create new networks across communities and new alliances [...]”.

Em geral, a língua usada pelo Estado moçambicano para se comunicar com a população é o português, mesmo que quatro Censos Populacionais oficiais registrem que essa língua não é a mais falada pelos moçambicanos. Destacamos, para a nossa discussão, a importância do conceito de cidadania linguística, em que as línguas não são tidas como problemas a serem evitados ou ajustados, mas recursos simbólicos relevantes e necessários para a construção de espaços democráticos: “A cidadania linguística diz respeito às pessoas usando a linguagem para construir relacionamentos alternativos e cuidadosos com os outros”<sup>16</sup> (STROUD; KERFOOT, 2020, p. 10). A seguir, narramos os três episódios mencionados, a partir de relatos de campo, análise documental e entrevistas.

### 3.1 EPISÓDIO 1: ESFERA POLÍTICO-LEGISLATIVA

A despeito de uma política assumida por agentes do Estado Nacional que invisibiliza a realidade multilíngue em Moçambique ao impor – simbolicamente – a língua portuguesa como língua da comunicação oficial, a Lei 34/2014 – Moçambique (2014) – (objetiva regular o exercício do direito à informação: “Toda a informação é fornecida na língua oficial, podendo a sua divulgação ser naquela ou em qualquer língua nacional” (Artigo 42). Em termos de valores atribuídos ao direito à informação, o artigo 4 da lei versa sobre os princípios que regem esse direito, que deveriam, inclusive orientar uma ética do cuidado:

- a) respeito à dignidade da pessoa humana;
- b) máxima divulgação da informação;
- c) interesse público;
- d) transparência da actividade das entidades públicas e privadas;
- e) permanente prestação de contas aos cidadãos;
- f) administração pública aberta;
- h) promoção do exercício da cidadania;
- i) permanente participação democrática dos cidadãos na vida pública;
- j) simplicidade e celeridade dos procedimentos legais e regulamentares;
- k) respeito pela informação classificada.

Sabemos, contudo, que a instância legislativa não é suficiente para a construção de políticas públicas e orientadas por uma ética do cuidado. Isso porque a “política pública é muito mais do que apenas a aprovação de leis e legislação; a política pública é o governo. A criação de políticas públicas é um processo muito longo e complicado”<sup>17</sup> (FINK, 2016). Esse processo envolve a relação com a sociedade civil, as instituições, as relações de poder e os vários grupos de interesse, perpassada por práticas de negociação, diálogo, persuasão e de co-construção de valores democráticos. Muitas vezes, a retórica das leis – em defesa de uma diversidade funcional e instrumental – opera de maneira contrária, invisibilizando a diversidade e, portanto, esvaziando o espaço do debate sobre as línguas. Se, por um lado, a invisibilização do multilinguismo no cenário institucional moçambicano opera como uma forma de censura ou silenciamento, por outro, sabemos que a relação entre silêncio, língua, voz e constituição das identidades é complexa (TAGORE, 2014; ORLANDI, 1992), instaurando espaços de resistência (FOUCAULT, 1971).

Para exemplificar os espaços de resistência referente à esfera legislativa, registramos abaixo alguns posicionamentos de professores/ex-estudantes do curso de Licenciatura em Línguas Bantu da Universidade Eduardo Mondlane sobre a importância do uso das línguas nacionais no contexto do parlamento moçambicano:

[...] a questão linguística é uma questão de participação e o parlamento é um local iminentemente de participação [...] Eu penso que mais do que nunca, para o bem da nossa moçambicanidade e da democracia, o parlamento precisa introduzir a tradução simultânea para que os deputados ouçam e se expressem nas suas línguas no parlamento, para que aquele moçambicano que está na aldeia, onde os governantes foram eleitos

<sup>16</sup> “LC is about people using language to build alternative, caring, relationships with Others”.

<sup>17</sup> “Public policy is so much more than just the passage of laws and legislation; public policy is the government. The creation of public policy is a very long and complicated process”.

percebam que aquele voto não caiu num saco furado, esse é o poder legislativo [...] (NGUNGA; NHAMPOCA, em prelo<sup>18</sup>).

Para mim, a única forma de valorizar as línguas bantu é torná-las funcionais. Conseguir, por exemplo que um falante de uma língua bantu tenha a possibilidade de usar essa língua na escola, no tribunal, na esquadra, no hospital, no banco, entre outros espaços [...] (NGUNGA; NHAMPOCA, no prelo).

Essa pergunta mexe com muitas coisas, eu acho que o problema de exclusão das línguas bantu no parlamento tem a ver com a política linguística que Moçambique adotou desde a independência, olhando para a Constituição da República de Moçambique, ela apenas é clara em relação ao português [...] Um outro problema é que as próprias pessoas que redigiram aquele documento são os tais da escola portuguesa, deste modo, se você for a ver o nosso código civil é o código português. Então acho que é necessário redigir leis que nos aproximam das pessoas e que sirvam os interesses do povo [...] (NGUNGA; NHAMPOCA, no prelo).

E, muitas vezes, vemos, no parlamento [...] os outros que se acham superiores, porque dominam o português, riem-se dos sotaques, riem-se dos erros gramaticais, riem-se dos vocabulários. Penso que isso inibe a participação [...] se os deputados usassem as suas línguas, se se expressassem nessas línguas que eles falam e dominam, teríamos um parlamento mais rico obviamente, não há dúvida em relação a isto [...] (NGUNGA; NHAMPOCA, no prelo).

Esses relatos de pesquisadores moçambicanos que têm sido ativos na esfera acadêmica de formação de professores de línguas bantu, na principal universidade pública moçambicana, são relevantes devido ao papel que desempenham tanto na formação da opinião pública, como nos processos de formulação de políticas, de tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas. Especialmente no contexto analisado, “atribui-se um grande valor para a integração entre pesquisadores e tomadores de decisão, como um fator potencial que condiciona as formas pelas quais os resultados da pesquisa são usados nas políticas”<sup>19</sup> (ALMEIDA; BASCOLO, 2006, p. 16). Dentre alguns exemplos do papel de pesquisas acadêmicas na formação de opinião pública em Moçambique estão: a construção de materiais instrucionais; a participação da comunidade acadêmica como suporte técnico para políticas públicas, como divulgação de informações sobre a Covid-19; a condução de pesquisas voltadas para os interesses das comunidades; a participação dos pesquisadores nas políticas educacionais; entre outros.

Além disso, no que tange à dimensão legislativa das políticas linguísticas – vinculada à elaboração e revisão de leis envolvendo as línguas –, sabemos que essa dimensão legal não é suficiente para a promoção de políticas linguísticas democráticas e efetivamente plurais: “o estabelecimento constitucional ou legal de uma língua nacional ou oficial é um exemplo claro de gestão de línguas, embora, assim como os limites de velocidade não garantem que todos os carros os cumpram, uma lei linguística não garante a sua observância”<sup>20</sup> (SPOLSKY, 2012, p. 5). Isso significa que a esfera legal deve ser vista em sua articulação com a dimensão política, que implica uma relação com a sociedade civil e os diversos agentes públicos. Trata-se de uma rede complexa de discursos, sujeitos, esferas sociais, interesses e ideologias que se afetam mutuamente, tornando o campo das políticas linguísticas multifacetado e atravessado por relações de poder.

### 3.2 EPISÓDIO 2: ESFERA DA SAÚDE PÚBLICA

Abordamos, aqui, a maneira como as informações e práticas em torno da proteção contra a pandemia causada pela Covid-19 (2020-2021) foram compartilhadas em Moçambique: paralelamente ao crescimento de casos, foram tomadas medidas urgentes de prevenção, com a produção de cartilhas e mensagens sobre as formas de contágio, prevenção e combate à Covid-19 nas línguas maternas moçambicanas. Tal ação foi conduzida não apenas pelos órgãos de comunicação estatal, mas também pela própria

<sup>18</sup> Extratos de entrevistas que integraram o livro *Reencontros e partilha de Experiências*, alusivo aos 15 anos do curso de licenciatura em ensino de línguas bantu, com organização dos professores Armindo Ngunga e Ezra Nhampoca (no prelo).

<sup>19</sup> “[...] integration between researchers and decision makers is assigned greater value as a potential factor conditioning the ways by which research results are used in policies [...]”.

<sup>20</sup> “[...] a constitutional or legal establishment of a national or official language is a clear example of language management, although just as speed limits do not guarantee that all cars abide by them, so a language law does not guarantee observance”.



sociedade civil, a exemplos do papel das universidades. Note-se que o uso intenso das línguas moçambicanas no contexto de prevenção da Covid-19 se assemelha ao período de campanha eleitoral, em que os candidatos a cargos políticos abordam as populações em suas línguas maternas, em uma clara demonstração do conhecimento sociolinguístico – e de vontade e/ou interesse político<sup>21</sup>– que possuem. Destacamos, aqui, os interesses políticos, a vontade coletiva e o sentido de urgência como mobilizadores do (não) reconhecimento do multilinguismo em Moçambique. Ou seja, os políticos manipulam o uso das línguas moçambicanas conforme seus interesses.

Exemplificando a política de comunicação<sup>22</sup>, com a eclosão da covid-19, a televisão de Moçambique e a Rádio Moçambique (TVM), ambas órgãos estatais, prontamente passaram a produzir mensagens de prevenção e combate à covid-19 nas línguas moçambicanas, o que sinalizou para a viabilidade de uso de tais línguas na esfera estatal, em sintonia com a Lei 34/2014. A Rádio Moçambique<sup>23</sup>, através da antena nacional, passou a transmitir vários programas sobre prevenção e combate à Covid-19 em português; paralelamente, ao final dos noticiários, atualizados a cada hora, passaram a ser transmitidas mensagens de prevenção e de combate à Covid-19 em línguas moçambicanas. Além disso, a própria Rádio Moçambique orientou as emissoras provinciais a produzir e transmitir programas de prevenção e combate à covid-19 nas línguas moçambicanas faladas nas províncias onde esses emissores se situam.

Tal exemplo é relevante para pensarmos em uma ética do cuidado nas políticas linguísticas em Moçambique, pois as rádios se tornaram um dos principais meios de comunicação – estatal, privado e/ou amador – entre agentes públicos, membros da sociedade civil, interesses empresariais e as diferentes populações na África. Com base em uma pesquisa etnográfica realizada nas rádios do Malawi, Englund (2011) identificou que elas se tornaram os principais meios de comunicação de massa em muitos países africanos, ultrapassando os jornais, a televisão e a internet, o que se deve, em grande medida, às tradições orais fortemente presentes nesses países. Entendemos que um sistema plural de transmissão, que inclua rádios independentes e interesses culturais próprios, está fortemente atrelado ao uso das línguas nacionais e locais, o que sinaliza para uma política linguística orientada pela construção de cidadanias linguísticas. Nesse sentido, defendemos que uma política das comunicações e informações orientada pela ética do cuidado deve considerar que: “[...] uma transmissão de rádio africana culturalmente apropriada e verdadeira pode se desenvolver apenas se as emissoras e os formuladores de políticas de mídia criarem políticas para encorajar o uso de línguas nativas amplamente faladas e promover as culturas e talentos locais”<sup>24</sup> (BLANKSON, 2015, p. 3).

Outras iniciativas de produção e transmissão de informações sobre a Covid-19 nas regiões multilíngues inclui o papel das organizações da sociedade civil, a exemplo da *Associação Cultural Horizonte Azul (ASCHA)*, que trabalhou com comunidades nas províncias de Maputo e Gaza, utilizando português e línguas locais. Os panfletos informativos foram produzidos nas línguas changana e rhonga, em parceria com as comunidades locais e professores da Universidade Eduardo Mondlane, sendo uma delas a professora Ezra Chambal Nhampoca<sup>25</sup>. Registre-se o, a título de ilustração, o depoimento da presidente da associação, Dalila

<sup>21</sup> As vontades incluem a vontade coletiva com o bem comum, as vontades dos eleitores, as vontades dos grupos de interesse e as vontades pessoais dos sujeitos eleitos, sendo que interesses pessoais e de grupos, e a vontade coletiva muitas vezes se sobrepõem nas ações públicas. Entendemos que o sentido (político) desses termos sinaliza para a maneira como a ética do cuidado deveria orientar as políticas públicas.

<sup>22</sup> Esse exemplo é baseado em experiência de campo de uma das autoras do artigo, Ezra Nhampoca, residente em Moçambique.

<sup>23</sup> Trata-se de uma empresa pública com emissores distribuídas em todas as províncias. Para além de programas da *Antena Nacional* (considerada a estação principal, em língua portuguesa), registre-se que as emissoras provinciais veiculam uma série de programas em mais de dez línguas africanas, tornando-se um meio de comunicação acessível para grande parte da população.

<sup>24</sup> “[...] a culturally appropriate and true African radio broadcast can develop only if broadcasters and media policy makers develop deliberate policies to encourage the use of widely spoken native languages and promote local cultures and talents”.

<sup>25</sup> Ainda sobre a atuação dos pesquisadores e professores da seção de Línguas Bantu da Universidade Eduardo Mondlane na construção de políticas linguísticas, registramos a tradução para dez línguas moçambicanas das *Orientações Alimentares para a Família no Contexto da Covid-19* – documento elaborado pelo Ministério de Saúde apenas em português. Este exemplo reforça o papel das universidades e pesquisas acadêmicas na construção de políticas públicas e redes de apoio e solidariedade, no embalo do que Santos tem chamado de descolonização do Ensino Superior (SANTOS, 2011).

Macuacua<sup>26</sup>, sobre o processo de construção de uma rede de compartilhamento de informações e de práticas de cuidado nas línguas locais. Seu depoimento atenta para a importância da parceria com as lideranças locais para validar e legitimar o discurso da prevenção e da saúde, atestando a veracidade e segurança das informações e dos protocolos:

Temos trabalhado com os líderes comunitários. Para termos acesso às comunidades, esses líderes são capacitados em matérias de prevenção e combate à Covid-19 e tornam-se nossos parceiros/colaboradores e, com eles, adentramos às comunidades. A comunicação tem sido em línguas locais e é feita pelos membros da ASCHA em conjunto com os líderes comunitários e outras pessoas da comunidade que tiverem passado pela capacitação. Achamos que o fato de a comunicação ser feita em conjunto com os líderes comunitários e pessoas da comunidade facilita e faz com que a população entenda as mensagens e siga, porque está a ouvir dos próprios líderes com os quais convivem no dia-a-dia. É diferente de chegarem ativistas desconhecidos de repente, e começarem a falar com a população.

Note-se que, nesse contexto, o sentido de segurança e de proteção é reforçado pela voz de autoridade das lideranças locais. Disso, decorre que as políticas linguísticas não devem se ater a meras traduções instrumentalizadas de informações, mas se ocupar, também, das condições de circulação e de recepção dessas informações, atentando para questões de legitimidade e para o modo como a comunicação ocorre. Defendemos que tais elementos integram uma ética do cuidado, em que a confiança na informação – e naquele que transmite essa informação – desempenha papel central.

Mais especificamente sobre o atendimento na rede hospitalar, contudo, verifica-se que o multilinguismo tende a ser apagado em prol do uso majoritário da língua portuguesa. Em entrevista realizada com a doutora Ana Maria Araújo<sup>27</sup> – ao ser questionada sobre o atendimento das pessoas que não falam português na sua instituição e se haveria alguma política linguística para lidar com essa situação – ela nos respondeu:

Não, não existem tradutores e intérpretes nos hospitais, quando o paciente não fala português. Temos que procurar, dentre a/os colegas, alguém que fale a língua do paciente, e há vezes que não se encontra, aí temos que tentar descobrir o que a pessoa sente e é muito difícil [...] (Ana Maria, médica de um hospital em Moçambique, Moçambique, 17.11.2020).

O que se percebe nas políticas linguísticas voltadas para a questão da Covid-19 em Moçambique é uma série de iniciativas – mobilizadas por diferentes setores da sociedade e pelo Estado – em prol da construção de redes de solidariedade, especialmente em termos da construção de canais multilingues de comunicação. Contudo, essa mesma política não se evidencia nos hospitais públicos e privados, sinalizando para a maneira como o direito de acesso à saúde é perpassado por questões de poder. O que conta como saúde e proteção – nas esferas locais e hospitalares – está em questão, bem como o sentido de comunicação.

### 3.3 EPISÓDIO 3: ESFERA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Nosso terceiro exemplo se refere ao contexto da justiça e segurança pública, em que se verifica o uso massivo do português em Moçambique. A título de exemplificação, indagamos o senhor Paulo Marcos<sup>28</sup>, funcionário do Ministério do Interior, sobre a política linguística traçada dentro da instituição onde atua. Segue abaixo sua resposta:

[...]. Temos atendido, sim, pessoas que não falam português, mas não temos profissionais formados alocados nas esquadras e gabinetes de atendimento. Os estatutos da polícia nem contemplam tal aspecto, mas quando chega algum queixoso ou em situações em que as pessoas devem ser ouvidas, sempre pedimos algum colega que fale a língua do queixoso para fazer a tradução. Não temos todas as línguas moçambicanas aqui. Por exemplo, uma vez, chegou um utente que só falava swahili, tivemos que adiar o processo até que identificamos

<sup>26</sup> Entrevista feita Ezra Nhampona, em 21 de abril de 2021, através do uso do whatsapp.

<sup>27</sup> Nome fictício atribuído à uma médica com a qual conversamos em trabalho de campo, com o objetivo de proteger a identidade dos entrevistados.

<sup>28</sup> Nome fictício atribuído a um funcionário público da esfera da segurança pública, durante nosso trabalho de campo, com o objetivo de proteger a identidade dos entrevistados.

alguém que falava swahili na Migração [...] (Paulo Marcos, funcionário do Ministério do Interior, em Moçambique, 17.11.2020).

Nesse contexto, atentamos para uma política linguística orientada pelas práticas comunicativas típicas da esfera de segurança pública em Moçambique. Não se trata, a nosso ver, da aplicação de modelos abstratos de tipificação, inquéritos, denúncias e defesas no âmbito da comunicação policial, operando como uma prática protocolar de uso da linguagem, o que conduziria, facilmente, a afirmações genéricas e pouco precisas. Diferentemente, uma ética do cuidado inscrita na esfera da segurança pública sinaliza para uma política linguística que funciona pela abertura dos enunciados às interpretações; isso, sim, uma questão de segurança. Entendemos que “[...] quanto mais realista for a comunicação entre a polícia e a clientela, maior será a probabilidade de haver múltiplas interpretações do contexto”<sup>29</sup> (MAKONI, 2017, p. 3). Subjacente a isso, está o reconhecimento das tensões sociais e políticas subjacentes ao sistema de segurança e proteção social, bem como das políticas de criminalização e tipificação dos sujeitos considerados perigosos (FOUCAULT, 2010).

Para tanto, o processo formativo de profissionais da segurança pública deve ser perpassado não apenas pelo instrumental técnico, mas também por uma compreensão sobre os modos de comunicação das comunidades locais, incluindo as expectativas dessas comunidades em relação aos diferentes tipos de policiamento (MAKONI, 2017; WATSON, 2019). Trata-se, portanto, de articular à política de segurança pública a questão da linguagem, compreendida a partir de uma perspectiva comunicativa, dinâmica e dialógica, especialmente porque a linguagem policial carrega singularidades que, muitas vezes, são desconhecidas pelo público-leigo, e vice-versa. Contudo, se, por um lado, os/as agentes de segurança pública lidam com restrições de tempo para a aprendizagem de línguas locais, por outro lado, entendemos que a imersão em contextos multilíngues de policiamento possibilita “[...] formas inovadoras e criativas de abordagem e resolução de problemas sociais e linguísticos”<sup>30</sup> (MAKONI, 2017, p. 4), o que pode integrar uma abordagem dinâmica e negociativa de aprendizagem linguística.

A demanda para que agentes de segurança pública aprendam as línguas locais tem sido alvo de pesquisas, a exemplo de Makoni (2017) sobre as expectativas de sujeitos de uma comunidade do Cabo Ocidental, na África do Sul, sobre a competência linguística dos agentes de segurança. Nesse contexto, espera-se que (MAKONI, 2017): os agentes sejam encorajados a aprender línguas africanas, especialmente os oficiais brancos; os intérpretes chequem as suas anotações e notificações; a comunidade tenha a opção de fazer suas reclamações em suas línguas; a comunicação com a polícia seja incentivada através do uso de meios de comunicação locais e de línguas locais; e a corporação conte com agentes de diferentes grupos sociais e étnicos. Trata-se, portanto, de propostas de co-construção de uma política linguística para a esfera da segurança pública que implica efeitos no próprio processo de formação e profissionalização desses agentes e na construção de uma linguagem de segurança pública acessível, democrática e segura.

Ao considerarmos a relação dos sujeitos com o contexto como requisito para comunicações multilíngues, atentamos para o papel da ética do cuidado e da abertura ao outro como condições para a linguagem. Trata-se, portanto, de expandir os próprios sentidos de lei, saúde, comunicação e segurança pública, atentando para a construção de redes de apoio, solidariedade e auto-gerenciamento em torno de questões referentes à saúde pública, educação, segurança e proteção.

<sup>29</sup> “[...] the more realistic the communication between the police and the clientele, the greater the likelihood that there will be multiple interpretations of the context”.

<sup>30</sup> “[...] innovative and creative ways in which they address and solve social and linguistic problems”.

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre as políticas públicas a partir da ética do cuidado como campo de reflexão, análise e problematização do que conta como política, cuidado e cidadania. Atentamos para a contribuição das pesquisadoras feministas para o debate, buscando focar o sentido político de cuidado e estremecendo as significações de feminino e lar/casa filiados historicamente a esse termo. Entendemos que essa articulação discursiva – entre cuidado, feminino, casa – contribuiu para se legitimar práticas públicas pouco responsabilizadas com o bem comum ou, em outros termos, para a construção de políticas públicas avessas ao senso de comunidade, pertencimento, segurança e proteção. Entendemos que as políticas linguísticas, em diálogo com a ética do cuidado, deve contribuir para a expansão de sentidos vinculados à esfera pública, em favor do direito de pertencimento de qualquer uma/um à esfera política.

Assumimos que uma política linguística embalada pela ética do cuidado irá criar espaços de escuta, de diálogo e de co-construção de sentidos, a partir do reconhecimento de redes de apoios e de formas variadas de comunicação e de tradução. Trata-se, portanto, de uma política ativa, no sentido de sinalizar em direção às vozes marginalizadas. Neste artigo, abordamos os contextos legislativos, da comunicação, da saúde e de segurança. Em termos de políticas linguísticas, atentamos para o papel da cidadania linguística (STROUD; KERFOOT, 2020) na construção de espaços de visibilidade e de negociação de sentidos sobre o que conta como saúde, comunicação, segurança e cidadania, evitando a reiteração de estereótipos sociais que tendem a afetar sujeitos de grupos socialmente marginalizados. Sabemos que o rótulo usado para definir os sujeitos minorizados – criminalizados ou não – geralmente é “ausente de empatia. Em vez disso, eles são enquadrados no léxico da indiferença e do desprezo [...]. Indivíduos a quem são atribuídos um rótulo de desvio são apresentados como elementos parasitas que atormentam a comunidade”<sup>31</sup> (WATSON, 2019, p. 59). Entendemos que essas valorações sociais devem ser problematizadas a partir de um conceito de política que acolha a pluralidade como sua condição de existência e funcionamento. Esse acolhimento tem a ver com a construção de políticas de linguagem que sejam abertas ao processo de comunicação e co-construção contínua dos sentidos – e de si mesmos – diante da/o outra/o.

#### REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C.; BASCOLO, E. Use of research results in policy decision-making, formulation, and implementation: a review of the literature. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, supl. p. 7-19, 2006.
- ARENDT, H. *Entre Passado e Futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BERNARDES, A. G.; PELLICCIOLI, E. C.; MARQUES, C. F. Vínculo e práticas de cuidado: correlações entre políticas de saúde e formas de subjetivação. *Ciênc. saúde coletiva*, v.18, n.8, p.2339-2346, 2013.
- BKAHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- BLANKSON, I. A. Negotiating the Use of Native Languages in Emerging Pluralistic and Independent Broadcast Systems in Africa. *Africa Media Review*, v. 13, n. 1, p. 1–22, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: MS, 2007. Disp em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_basica\\_4ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_4ed.pdf) Acesso em: 18 abr. 2021.
- CHAMBO, G.; CHUMBUTANE, F.; GÁRCIA-MIGUEL, J.; RAMALHO, F.; BARCIA, S. (org.). *A educação bilingue em Moçambique: guia prática*. Vigo/Maputo: Universidade de Vigo/Universidade Eduardo Mondale, 2020.

<sup>31</sup> “Lacks empathy. Instead, they are framed in lexicon of indifference and contempt [...] Individuals assigned a deviant label are presented as parasitic elements plaguing the community”

- DAS, V. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Los Angeles: University of California Press, 2007.
- ENGLUND, H. *Human Rights and African Airwaves: Mediating Equality on the Chichewa Radio*. Bloomington: Indiana, 2011.
- FERREIRA, A. S. ; ABRAHÃO, A. L. Produção do cuidado e a educação permanente na estratégia de saúde da família: uma roda de conversa. *Debates em Educação*, v. 12, p. 306-315, 2020.
- FINK, J. W. *Law, politics, and the creation of public policy: How the two can come together and create better public policy*. 2016. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Iowa State University, Iowa, 2016.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1978-1979].
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1975-1976].
- GADAMER, H.-G. *Truth and method*. London/New York: Continuum, 1975.
- GANIS, R. *The Politics of Care in Habermas and Derrida: Between Measurability and Immeasurability*. Washington: Lexington Books, 2010.
- HARRIS, R. *The language myth*. Duckworth, London, 1981.
- HELD, V. *The ethics of care: personal, political, and global*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing and reconstituting languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2007.
- MAKONI, S. Language and human rights discourses in Africa: lessons from the African experience. *Journal of Multicultural Discourses*, v.7, n.1, p. 1-20, 2011.
- MAKONI, S. Language planning, security, police communication and multilingualism in uniform: The case of South African Police Services. *Language & Communication*, v. 57, p. 48-56, 2017.
- MBEMBE, A. *Políticas da Inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*, (16 de Novembro de 2004). Disponível também em: [https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao\\_republica\\_mocambique.pdf](https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.
- MOÇAMBIQUE. Instituto Nacional de Estatística (INE). *Resultados definitivos do censo geral da população de 2017*. Maputo: INE, 2019.
- MOÇAMBIQUE. *Lei 34/2014, de 31 de dezembro. Lei de direito à informação*. Disponível em: [https://ictpolicyafrica.org/api/documents/download?\\_id=5d94329e9b93fa001b803d6e](https://ictpolicyafrica.org/api/documents/download?_id=5d94329e9b93fa001b803d6e). Acesso em 20 abr. 2021.
- NGUNGA, A.; NHAMPOCA, E. (org.). *Reencontros e partilha de Experiências: curso de licenciatura em ensino de línguas bantu, 15 anos depois*. Maputo: Editora da UEM (no prelo).

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

RICOEUR, P. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1973.

ROBINSON, F. *Globalizing care: ethics, feminist theory, and international relations (Feminist Theory and Politics)* Nashville: Westview Press, 1999.

SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011.

SEVENHUIJSEN, S. *Citizenship and the Ethics of Care: Feminist Considerations on Justice, Morality and Politics*. Abingdon: Routledge, 1998.

SEVERO, C. G. Paul Ricoeur e as políticas linguísticas: contribuições éticas e políticas. *In: WU, R.; NASCIMENTO, C. R. do. (org.). Pensar Ricoeur: Vida e Narração*. Porto Alegre: Clarinete, 2016. p. 119-130.

SPOLSKY, B. *The Cambridge Handbook of Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

STROUD, C.; KERFOOT, C. Decolonizing Higher Education: Multilingualism, Linguistic Citizenship and Epistemic Justice. *Working Papers in Urban Language & Literacies*, v. 265, p. 2-21, 2020.

TRONTO, J. C. *Caring democracy: markets, equality, and justice*. New York: NYU Press, 2013.

WATSON, D. *Police and the Policed: Language and Power Relations on the Margins of the Global South*. Springer International Publishing/Palgrave Pivot, 2019.



Recebido em 22/04/2021. Aceito em 06/10/2021.